



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11509 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ESTUDO COMPARADO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Alessandra Fonseca Farias - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Fabio Perboni - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

ESTUDO COMPARADO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Palavras-chave: Política de formação de professores, Formação inicial docente, Estudo comparado Brasil e Argentina.

Introdução

Este projeto de pesquisa se propõe a responder ao seguinte objetivo geral: analisar a política de formação de professores para os anos iniciais da educação básica fazendo um recorte entre Brasil e Argentina, países membros do Mercosul, a fim de compreender como está organizada e normatizada essa legislação e como vem sendo implementada na prática.

Com uma abordagem qualitativa, a investigação tem na pesquisa documental embasada por Cellard (2008) sua principal fonte de dados e utiliza-se da escolha metodológica de estudo comparado fundamentado por Bonitatibus (1989) e Franco (2000), através do qual consideram-se as similaridades históricas decorrentes da formação colonial e da inserção no mercado internacional em caráter periférico dos países analisados.

A pesquisa pretende contribuir para a compreensão da concepção que embasa a política de formação dos professores dos anos iniciais de escolarização, etapa obrigatória nos dois países, partindo da comparação das legislações educacionais pertinentes e da prática dos

cursos de formação inicial que preparam o professor para atuar nos anos iniciais da educação básica.

Desenvolvimento

Ao analisar regiões fronteiriças, volta-se primeiramente para o contexto mais amplo de globalização que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial e promoveu a criação de acordos internacionais. Tal cenário possibilitou a abertura do comércio e das fronteiras para capitais e produtos em diferentes pontos do mundo, acordos esses que deram origem aos chamados blocos econômicos que, basicamente, procuram estabelecer vantagens competitivas de mercado para seus membros.

Consideramos a participação dos países latino-americanos no Bloco Econômico do Mercado Comum do Sul – Mercosul, criado em 1991 através da assinatura do Tratado de Assunção, que passou a promover a cooperação e a integração social, política e econômica, inicialmente entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre eles. Dentro desse projeto, fundou-se o Setor Educacional do Mercosul (SEM), que atua por meio da criação de Planos de Ação para direcionar as políticas educacionais dos países membros. O primeiro plano foi aprovado para o período de 2001 a 2005 propondo, essencialmente, o desenvolvimento de projetos educacionais entre escolas do Brasil e da Argentina (BOBATO E SCHNECKENBERG, 2014).

Na visão de Real (2018, p. 171), sobre a promoção da globalização e da internacionalização na educação, “fluxos de pessoas, valores, cultura, conhecimentos, enfim, educação, rompendo as tradicionais fronteiras regionais, pode levar à competição ou à cooperação”. Ao passo que se intercambiam atividades de mercado, há também a troca de aspectos culturais e educacionais, que são intrínsecos às relações humanas e que acabam por influenciar a condução das políticas em regiões fronteiriças.

Analisando os dois países que formam o *locus* desta pesquisa, constata-se muitas similaridades históricas. A começar pelo passado colonial que marca a América Latina como um todo, acompanhada dos processos de escravidão, produção latifundiária de monoculturas exportadoras, presença da Igreja Católica, além dos processos políticos pós independência que guardam similitudes com alternância entre períodos autoritários e avanços democráticos.

Também há semelhanças no processo que caracterizou a década de 1990 com a reestruturação dos Estados Nacionais, a “era de reformas” que se acentuou na esfera latino-americana e gerou impactos importantes tanto sobre a configuração das políticas educacionais quanto sobre a formatação da escolarização obrigatória e seus modelos de oferta. Nesse contexto, os sistemas educacionais sofreram profundas transformações inculcadas nas políticas educacionais instituídas pelas reformas de Estado nos países da América Latina (BRAHIM, 2016).

Foi nesse contexto que Argentina e Brasil promulgaram legislações que reconfiguraram a área educacional tendo, entre outras medidas, a ampliação da obrigatoriedade de escolarização obrigatória. Com a promulgação da Lei Federal de Educação (LFE), a Argentina, através da Lei nº 24.195/1993, estabelece a obrigatoriedade do ensino a partir dos cinco anos de idade, totalizando dez anos de escolarização obrigatória. O Brasil, três anos mais tarde, promulga a LDB, Lei nº 9.394/1996, constituindo a obrigatoriedade do ensino fundamental com duração mínima de oito anos. Também nos dois contextos há a oferta gratuita do ensino básico, disposta nas supracitadas legislações como dever de cada federação. Atualmente, tal obrigatoriedade é de 13 anos na Argentina e de 14 anos no Brasil.

A escolarização obrigatória, na visão de Oliveira e Santana (2010), pressupõe um princípio imperativo como sendo o coração do direito à educação, pois implica na igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso na escola. Ancorando-se nessas análises, esta investigação tem como principal questionamento a forma como as políticas de formação de professores dos anos iniciais se desenvolvem na prática, nos contextos de Brasil e Argentina, dado o caráter indissociável entre o direito à educação e as formas de organização do Estado para atendê-lo. Acredita-se que esses fatores revelam a concepção que embasa a política como tais países estabelecem sua formação inicial de professores para atuação nos anos iniciais.

Considerações parciais

Buscando fazer de nossa pesquisa bibliográfica uma etapa estruturante do percurso investigativo, apresenta-se aqui uma síntese dos resultados de forma a ampliar o conhecimento do que já foi produzido na área e a delinear os caminhos para responder aos objetivos e chegar aos resultados almejados por este projeto. Foi utilizado o site de catálogos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que possui um banco de dados com milhões de teses e dissertações. Como descritores da busca, usou-se os termos “Estudo Comparado Brasil e Argentina AND Política de Formação de Professores dos Anos Iniciais”.

Inicialmente, a busca encontrou 63 trabalhos entre teses e dissertações após a definição de dois critérios de refinamento dos resultados para que os trabalhos tivessem a ver com nosso tema e, assim, contribuíssem para o delineamento da investigação. Após uma breve leitura dos títulos, foram selecionados os trabalhos que mais se aproximavam do nosso objeto de estudo, permanecendo como resultados sete trabalhos, dos quais realizou-se a leitura dos resumos para conhecer melhor o objeto de estudo, os objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos adotados e os resultados alcançados. Compuseram, portanto, os resultados da nossa busca sistemática no banco de dados da Capes, ao todo, sete trabalhos:

Tabela 1: Resultado da pesquisa bibliográfica

Tipo	Título	Autor	Ano	Universidade	Programa
------	--------	-------	-----	--------------	----------

Dissertação	O olhar do outro sobre si mesmo: as representações de América nos manuais de formação de professores no Brasil e na Argentina (1900/1913)	Analice Alves Marinho Santos	2013	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Programa de Pós-Graduação em Educação
Dissertação	Políticas de Formação Inicial de Professores para os Primeiros Anos no Brasil e na Argentina: um estudo comparado	Francine Cordeiro Bobato	2015	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Programa de Pós-Graduação em Educação
Tese	Direito à Educação nos Países Membros do Mercosul: um estudo comparado	Kelcia Rezende Souza	2017	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Tese	Estudo Comparado Sobre Evasão na Educação Profissional - Brasil e Argentina	Denise Bianca Maduro Silva	2018	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Programa de Pós-Graduação em Educação
Dissertação	Políticas para Formação de Professores Alfabetizadores: um estudo comparado entre o Brasil e a Argentina	Franciele Ximene Picolli Ferrari	2018	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Programa de Pós-Graduação em Educação
Tese	Programas Brasil Alfabetizado e Encuentro: Princípios Teóricos Metodológicos para Alfabetização de Jovens e Adultos, Brasil e Argentina	Silvana Ferreira Biondi	2018	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social
Dissertação	Formação Continuada de Professores da Educação Básica no Brasil e na Argentina: um estudo comparado de políticas de formação em contexto educacional inclusivo	Paloma Domingues Ferreira	2020	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Programa de Pós-Graduação em Educação

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dentre todos os trabalhos, encontrou-se mais aproximações com o tema de investigação em duas dissertações: 1) “Políticas de Formação Inicial de Professores para os Primeiros Anos no Brasil e na Argentina: um estudo comparado”, de Francine Cordeiro Bobato, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), defendida em 2015; 2) “Políticas para Formação de Professores Alfabetizadores: um estudo comparado entre o Brasil e a Argentina”, de Franciele Ximene Picolli Ferrari, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), defendida em 2018. Em ambos, o foco são as políticas de formação de professores dos anos iniciais e a escolha metodológica é de estudo comparado.

A leitura minuciosa dos resumos em muito contribuiu com o conhecimento do que já foi produzido no campo da política de formação de professores dos anos iniciais comparando

Argentina e Brasil, inclusive encontrou-se uma lacuna por não haver teses que se propuseram a pesquisar esse objeto em específico. Daí a pertinência da aproximação estabelecida entre os dois países para analisar, através do método de estudo comparado, o campo da política e da prática de formação de professores dos anos iniciais da educação básica, além da concepção que os embasa.

Referências

ARGENTINA. **Ley nº 24.195, de 14 de abril de 1993**. Ley Federal de Educación. Buenos Aires, DF: Orden del Día, 1993.

BOBATO, Francine Cordeiro; SCHNECKENBERG, Marisa. **Formação docente no Brasil e na Argentina**: um estudo comparado sobre as políticas de formação inicial do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

BONITATIBUS, Suely Grant. **Educação comparada**: conceito, evolução, métodos. São Paulo: EPU, 1989.

BRAHIM, Cybele Barbosa. **A Escolarização Obrigatória Em Contextos Federativos**: um estudo comparativo entre brasil e argentina. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295-316.

FRANCO, Maria Ciavatta (org.). **Estudos comparados e educação na América Latina**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992, p. 37-62.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010. p. 9-13.